

Historia e declínio de tres povoações na fronteira

CARLOS EDUARDO DA CRUZ LUNA

OUGUELA

1. Introdução

Quem hoje se afasta de Campo Maior para norte, ou nordeste, encontra, a cerca de 10 quilómetros, uma povoação, Ouguela, de pouco mais de 60 habitantes. Um castelo de grandes dimensões, e que desde logo nos surpreende, domina a paisagem.

Trata-se de mais um caso de uma povoação que já teve alguma grandeza, e que conheceu um grande declínio, um pouco como sucedeu com Juromenha, e, em menor escala, com Terena, para já não falar de outras.

Algumas fontes antigas dizem que ali, existiu uma povoação romana chamada “Budua”, e que nos tempos visigodos, e até talvez árabes, se chamava Niguella. Não se sabe se há fundamentos para tais afirmações ou se estamos perante lendas.

2. Ouguela (até ao século XVII)

Por volta de 1220 ou 1230, a região de Ouguela, bem como Campo Maior, foi conquistada por leoneses. As duas localidades tornaram-se aldeias de Castela-Leão, com algumas situações de conflito sem grande importância, até que, em 1297, pelo tratado de Alcañices, passaram para Portugal, tal como, na região, Olivença (e Tália). Ouguela (assim se passou a chamar) recebeu foral do mesmo tipo do de Évora, logo em 1298. Todavia, com Campo Maior e Olivença, dependeu do bispado de Badajoz até 1415. O castelo foi mandado reconstruir em 1300 (o que indica que já existia algo de fortificações no local, a não ser que se trate dum erro). Outras fontes indicam 1310, o que parece ser menos provável.

A importância de Ouguela, estava na sua posição estratégica, já que defendia um dos caminhos de entrada em Portugal, primeiramente contra Leão e Castela, depois contra a sua sucedânea Espanha.

Ouguela quase não é citada na crise de 1383-85, presumindo-se que terá sido anulada por Campo Maior, que se colocou do lado de Castela. Portanto, só terá regressado à coroa portuguesa entre 1348 e 1390. É muito possível que se tenham desenrolado combates na região, e que a população tenha sofrido com isso.

O seu castelo é várias vezes reforçado nos séculos XIV e XV, o que significa que mantinha a sua importância estratégica.

Em 1475, segundo a lenda e alguns documentos, ter-se-á travado um estranho combate singular entre João da Silva, alcaide-mor de Ouguela, e João Fernandes Galindo (Juan Fernández Galindo), alcaide-mor de Albuquerque (Espanha). Parece que um contingente castelhanho penetrara na vila. Ambos morreram dos ferimentos sofridos, tendo em 1551 Diogo da Silva, neto do alcaide-mor então falecido, a caminho do Concílio de Trento, mandado colocar no local de combate uma cruz comemorativa, hoje no museu de Elvas (Cruz de Galindo). Não se sabe o que haverá de fantasioso em tal episódio.

Em 1 de Junho de 1512, Ouguela recebeu uma nova carta de foral (reinado de D. Manuel). Claro que Ouguela, ou melhor, as suas gentes, terão participado na gesta dos descobrimentos iniciada no século XV, e terão vivido a decadência portuguesa da segunda metade do século XVI e do século XVII.

Em 1527, o numeramento (censo) de Portugal dava a Ouguela 144 fogos (cerca de 600 a 650 habitantes), ao lado de Campo Maior (cerca de 2.900 habitantes), Alegrete (cerca de 1.000 habitantes), Arronches (cerca de 3.300 habitantes), Elvas (8900 habitantes), Olivença (4.900 habitantes), Juromenha (600 habitantes), Terena (600 habitantes também), Vila Viçosa (3.000 habitantes), Borba (3800 habitantes), Estremoz (4.500 habitantes), Marvão (1.700 habitantes), Monforte (2.500 habitantes).

3. Séculos (XVI e XVII)

A guerra da restauração (1640-1668) levou novas agruras para a sua população. Datam dessa época alguns troços de muralha com os primeiros trabalhos em 1647, mas que se estenderam pelo século XVIII.

Logo em 1642, Ouguela fora atacada, mas o exército espanhol não levou a melhor, conseguindo a vila resistir vitoriosamente. Um episódio

semelhante ocorreu em 1644, mas aí os combates foram bem mais ferozes. A população resistiu com bravura, tendo várias lendas nascido na época.

Na memória popular ficou uma mulher, Isabel Pereira, que, segundo rezam documentos da época, se mostrou dotada de grande valentia, “quer pelejando nas trincheiras, [quer] repartindo pólvora e balas aos soldados; e retirada ao castelo ficou desacordada por algum espaço com a ferida que lhe deram, até que, tornando a si, e vendo que não era perigosa, prosseguiu a pelejar com maiores brios até ó fim”.

Em 1662, todavia, Ouguela rendeu-se sem resistência ao exército espanhol de D. João de Áustria. O capitão Domingos de Ataíde Mascarenhas, que deu a ordem de capitulação, foi depois severamente punido.

A paz de 1668 permitiu às terras raianas recomeçar a sarar as feridas, tanto do lado português como espanhol. Mas... novos conflitos se sucederam. Assim, em 1709 houve novas destruições em torno da vila, e em 1762 um rigoroso cerco, durante o qual o capitão Brás de Carvalho conseguiu resistir heroicamente.

Na obra “Corografia Portuguesa”, de 1708, de António Carvalho da Costa, tomo IF, duas páginas são dedicadas à vila de Ouguela; diz-se que a povoação tem mais de 700 habitantes, que o seu orago é Nossa Senhora da Graça, que tem casa da misericórdia na ermida do Espírito Santo. Mais, fala-se em ruínas antigas junto a uma ermida, São Salvador, a quatro quilómetros da vila, citada como tendo sido “Casa dos Templários”. Diz-se ainda que Ouguela “é (...) abundante de pão, vinho, e gados, e [que] tem uma fonte com duas propriedades notáveis: uma, que toda a cousa viva, que se lhe lança dentro, morre logo, excepto rãs; e outra, que de maneira nenhuma coze carnes, nem legumes”. Mais, diz-se que a vila “tem dois juizes ordinários, vereadores, um procurador do concelho, um escrivão da câmara, um juiz órfãos com o seu escrivão, outro do judicial, e notas, e uma companhia de ordenança”. D. Pedro da Cunha, senhor de Tábua, é apontado como senhor de Ouguela.

A obra refere a lenda da igreja de Nossa Senhora da Enxara, no caminho de Albuquerque, semelhante a tantas outras, nas quais uma divindade, ou uma estátua da mesma, indica o lugar onde se lhe deverá erguer um templo. Neste caso, é uma garota, e depois a sua mãe, que são escolhidas pela divindade.

Descreve-se a imagem da Santa e opina-se que poderá ter origem visigótica.

Refere-se que há muita devoção à mesma, e que pessoas de Campo Maior, e até de Castela, lhe pedem protecção, e visitam a Igreja.

É significativo, talvez, que não se refira a “lenda do tamborzinho”. Com as devidas reservas, tal poderá significar que esta, tão difundida em Oguela, terá tido origem num facto ocorrido em 1709 ou em 1762.

Difícilmente poderá ter tido lugar mais tarde.

A lenda diz que estando Oguela cercada durante uma guerra (não se indica qual), e não sendo possível pedir socorro a Campo Maior, uma criança terá descido pela figueira que ainda hoje se vê junto á muralha, transportando uma bandeira e uma mensagem escrita, e talvez um tamborzinho com que costumava brincar. Não tendo levantado suspeitas no campo espanhol, ultrapassou as linhas inimigas e chegou a Campo Maior, entregando a mensagem no hospital.

Diz-se que Oguela terá tido um braço inspirado nesta lenda, mas nada consta em documentos. Afinal, esta lenda reflecte a vivência de posto militar raiano das gentes de Oguela.

4. Declínio

Tudo isto terá influído no sentido de, em 1800, haver em Oguela só 24 vizinhos “dentro” da vila e 20 fora (cerca de 200 habitantes, talvez). Em 1801, durante a Guerra das Laranjas, após a conquista de Olivença e Juro-menha, Campo Maior rendeu-se ao exército espanhol, mas só depois de violento cerco e de muita resistência (15 de Junho). Oguela não foi atacada, mas caída Campo Maior era um espinho nas costas do inimigo. 460 espanhóis, simulando um maior número pela disposição no terreno, aproximaram-se do castelo. O governador, José Joaquim Queirós, acabou por entregar Oguela ao atacante, já que não havia qualquer possibilidade de resistência (esta descrição encontra-se no Livro *A Guerra das Laranjas/A perda de Olivença*, de António Ventura, 2004, Ed. Prefácio).

Até 1811, decerto houve alguns conflitos em terras em redor de Oguela, mas de pouca monta, pois quase nada chegou até nós. Os vários conflitos do início do século XIX pouco rasto deixaram na região.

A novidade seguinte, pouco alegre para a vila, é que em 1836 se extinguiu o concelho, sendo unido a Campo Maior. A decadência, que já vinha do século XVIII, reflectia-se a nível administrativo. E algo pior sucedeu, quando Oguela deixou de ser freguesia e foi anexada a São João Baptista (Campo Maior) (1941).

É um pouco triste seguir esta história. Uma povoação nasceu e cresceu, teve momentos de alguma grandeza e de glória... e iniciou um processo de decadência.

Algumas quadras populares falam de Ouguela. Uma refere-se à sua grandeza:

Bela cidade de Ouguela
Dá vistas à lapagueira
Mal empregada cidade
Estar em tão alta ladeira
(A lapagueira será um acidente geográfico).

Outra ironiza com a sua decadência, e, com algum sentido de humor, reza assim:

Adeus vila de Ouguela
Que não há vila mais nobre
Para teres vinte ruas
Faltam-te só dezanove

Assim é a roda da história. Olhando as velhas muralhas, a que não falta ainda opulência, sentimos-nos comovidos. Uma inscrição em latim, num dos arcos, informa-nos de uma divisa dos seus antigos defensores e moradores. “pro patria, pro rege et pro fide, aut vincere, aut mori” (pela pátria, pelo rei, e pela fé, vencer ou morrer). O tempo é (mesmo) implacável.

Há, todavia, que pensar no futuro. Ouguela, hoje com apenas cerca de 60 habitantes, terá de procurar reerguer-se. O seu castelo, que já foi palco de filmagens de séries de televisão, tem uma beleza indesmentível. Há que ser-se imaginativo e ter força de vontade, e aproveitar tão vetusto monumento. Agora já não, porque felizmente tal não é necessário, como lugar de defesa, mas quiçá, como lugar de encontro, entre as raias alentejana e estremenha.

Que esta singela história da antiga vila, hoje “lugar”, de Ouguela, abra caminho nesse sentido, seja um primeiro passo, eis o meu sincero desejo.

JUROMENHA

1) Introdução

A história pode ser madrastra, mesmo no vale do Guadiana. O rio e seus afluentes convidam o Homem a instalar-se nas suas margens, ou próximo delas. Com bons resultados, quase sempre. Mas... acontecimentos diversos podem influir no desenvolvimento normal e no progresso dos aglomerados humanos.

2) Até ao século XVI

A fortaleza abandonada de Juromenha, sobre o Guadiana, 18 km a nordeste do Alandroal, 16 km a sudoeste de Elvas, 17 km a leste de Vila Viçosa, e 11 km a noroeste de Olivença, impressiona pela sua dignidade fantasmagórica.

A sua origem perde-se na noite dos tempos. Sem provas, quer-se que tenha sido fundada por galo-celtas, por volta de 400 a.C. Embora existam vestígios romanos, é muito improvável que tenha sido fundada por Júlio César em 50 a.C., com o nome de “Julii Moenia” (Muralhas de Júlio). Outra lenda dá-a como fundada pelos visigodos, onde estaria a origem do seu nome, numa princesa de nome Menha a quem um irmão queria arrancar um juramento indecoroso (- Jura, Menha, que não!). Tal lenda não é digna de crédito, independentemente da sua beleza, pois surge muito depois da fixação do topónimo.

Nos tempos muçulmanos, foi uma cidade importante, cujo nome seria, segundo alguns, “Chel-Mena”. Mas o topónimo árabe mais provável terá sido o de “Yulumaniya” ou “Julumaniya”, uma, repete-se, cidade moura importante, e nele se deverá ver a origem mais provável do termo JUROMENHA, que conheceu algumas variantes, como Jeremenha, Gerumenha, ou Jorumenha.

Não se pode pôr de lado a hipótese de a forma árabe Yulumaniya derivar de “Julli Moenia” (Muralhas de Júlio)... se acaso tal lenda (a da origem romana) já existia no século VIII ! D. Afonso Henriques terá conquistado a povoação em 1167. D. Gonçalo Viegas, filho ou sobrinho de D. Egas Moniz, talvez já no tempo de D. Sancho I, tê-la-á recebido em doação, atravessando então o Guadiana e ocupando o lugar de Vila Real, embora pouco se saiba sobre a veracidade destes factos.

Os muçulmanos reocuparam a região, decerto entre 1169 e 1189, já que a data de 1242 referida em algumas enciclopédias como de “conquista moura”,

estará decerto errada, pois sabe-se com razoável certeza ter o fidalgo D. Paio Peres Correia ocupado definitivamente a região por volta de 1220, 1230 o mais tardar. Em 1242, já os mouros estavam muito, muito longe.

Após a pacificação da fronteira em 1297 (Tratado de Alcañices), D. Dinis mandou reedificar as muralhas e o castelo de Juromenha, dando-lhe foral em 1312. As suas terra ficaram dentro da área atribuída à Ordem de Avis.

Sem dúvida que no século XIV teve assinalável importância, nela se efectuando três casamentos reais: o de D. Afonso IV com D. Beatriz de Castela, ainda no século XIII e a rematar o já citado Tratado de Alcañices; o de D. Maria de Portugal com Afonso XI de Castela em, 1328; e o de D. Pedro I com D. Constança de Castela em 1340.

Durante a crise de 1383-1385, Juromenha não parece ter desempenhado nenhum papel de realce, pois raramente é referida, o mesmo ocorrendo no século XV.

Podemos, todavia, estar a ser enganados por eventual destruição de documentos. De qualquer forma, não deverá ter perdido importância, pois D. Manuel I concedeu-lhe, em Lisboa, novo Foral, em 15 de Setembro de 1512. As muralhas, por essa época, eram grandiosas, com 17 torres, sendo uma delas uma Torre de Menagem com 140 palmos (cerca de 30,8 metros) de altura.

No Numeramento de 1527-1573, o mais antigo de Portugal, Juromenha surge como tendo 150 fogos (pouco mais de 600 habitantes, ao que se julga), portanto bastante menos que as vizinhas Elvas (1916 fogos, cerca de 7000 habitantes), Alandroal (284 fogos, cerca de 1100 habitantes), Olivença (1053 fogos, cerca de 4000 habitantes), Vila Viçosa (talvez 800 fogos e cerca de 3.000 habitantes), Estremoz (969 fogos, aproximadamente 3.200 habitantes) e Borba (600 fogos, cerca de 2.300 habitantes). Igualava, todavia, Terena (170 fogos, talvez 650 habitantes).

A importância de Juromenha era essencialmente militar e estratégica, protegendo, à retaguarda, Olivença, uma urbe alentejana que, cercada por Castela/Espanha por três lados, constituía sempre um quebra-cabeças para as chefias militares portuguesas. As terras do Concelho ultrapassavam aliás o Guadiana, pois pertencia-lhe o lugar de Vila Real, exactamente a sua melhor área agrícola.

3) 1640-1801

O período das Guerras de Restauração aumentou o papel de Juromenha, e D. João IV ampliou-lhe e modernizou-lhe as fortificações, que passaram a ser em estilo “Vauban”. Em 1657, recebe milhares de oliventinos fugidos da sua vila, então ocupada pelo inimigo, à qual só regressaram em 1668, quando a administração portuguesa foi reinstaurada.

Juromenha resistiu sempre durante a Guerra de 1640-1668, registando-se nela um triste evento em 19 de Janeiro de 1659, quando explodiu por descuido um armazém de pólvora, perecendo então toda a guarda ali aquartelada, composta por estudantes de Évora capitaneados pelo Padre Francisco Soares (conhecido por “o Lusitano”).

Em 1709 (Guerra de Sucessão de Espanha) travaram-se combates nas proximidades, e ainda ao longo de todo o século XVIII a Praça de Juromenha foi alvo de constantes cuidados.

É evidente que, em todas estas guerras, toda a zona fronteiriça (raiana), tanto do lado português como espanhol, sofreu consideráveis destruições. O desenvolvimento é, necessariamente, inimigo da guerra.

O conflito seguinte, no início do século XIX, irá, uma vez mais, demonstrá-lo.

4) 1801, data incontornável

A Guerra das Laranjas levou à conquista da Vila de Juromenha em 20 de Maio de 1801. Alguns meses depois, foi devolvida pelos espanhóis, mas sem a parte do Concelho a leste do Guadiana, com a aldeia de Vila Real, aliás a mais rica em termos agrícolas desde sempre.

Ainda em 1837 Juromelha era considerada uma fortaleza de Primeira Classe, com uma forte guarnição militar, mas o declínio acelerou-se a partir de então. A meio do século XIX, deixava mesmo de ser sede de Concelhos, passando a depender do Alandroal.

Os delicados problemas ligados à inexistência oficial de fronteira na região, resultantes da questão em aberto de Olivença, fizeram-se sentir duramente. Durante algum tempo, alguns oliventinos procuravam escolarizar-se em Juromenha, mas em breve a vigilância espanhola, em especial na época franquista, tornou tal quase impossível.

5) Os limites do concelho de Juromenha e a Ponte da Ajuda

Mas, afinal, quais eram os limites do extinto Concelho de Juromenha a leste do Guadiana?

Um trabalho recente, de autoria de Mário Rui Simões Rodrigues, de Leiria, baseado em vários documentos, nomeadamente um mapa de 29- Janeiro-1802, existente no “Servicio Historico Militar” em Madrid, procura demonstrar que, muito provável e inesperadamente, a Ponte da Ajuda, que ligava Elvas a Olivença, deveria, para lá do Guadiana, assentar em terras do termo de Juromenha. As investigações do oliventino Miguel Ángel Vallecillo Teodoro, ao demonstrar, no seu livro “Olivença en su Historia”, que as herdades de Malpica de Portugal e Joana Castanha, cujo limite norte era a fronteira da Ribeira de Olivença, pertenciam a Vila Real, freguesia do concelho de Juromenha, reforçam esta conclusão.

Sabe-se que a Ponte da Ajuda, construída no reinado de D. Manuel por volta de 1520, se destinava a pôr em contacto as 6^a (Elvas) e 13^a (Olivença) maiores povoações portuguesas. Com os seus 450 metros, 18 arcos, e quase 6 metros de largura, esta ponte, parcialmente destruída em 1709, durante a Guerra da Sucessão de Espanha, é, ainda hoje, uma obra impressionante.

Inevitavelmente, a polémica luso-espanhola sobre as terras de Olivença tem-se reflectido no adiamento constante da sua recuperação. As dificuldades e as contradições diplomáticas não cessam. Note-se que, desde 1967, a Ponte foi declarada Monumento de interesse Nacional pelo Estado Português.

No que respeita ainda a limites, Portugal não cessou de reclamar contra a ocupação de parte do concelho de Juromenha, em 1801, pela Espanha, contrária ao Tratado de Badajoz, independentemente de Portugal considerar este anulado desde 1807.

Com efeito, no Tratado de 1801 fala-se em colocar os limites fronteiriços no Guadiana, mas “... naquela parte que UNICAMENTE toca ao sobredito território de Olivença.” (Artigo III)

Vila Real, a aldeia que, segundo a lenda, foi fundada por Gonçalo Viegas, que quis recordar Vila Real de Trás-os-Montes (sendo mais provável que o nome se deva a existirem ali terras da Coroa Portuguesa), bem como toda a área que lhe pertencia a oriente do Guadiana, foi pois anexada em violação do Tratado de Badajoz.

6) Declínio, um triste destino

Juromenha não se limitava a sofrer pela amputação de parte do seu território. As desgraças sucediam-se. Epidemias de febres (“sezões”) afugentavam a população. No princípio do século XX, um surto de peste bubónica afugentou as poucas gentes que tinham ficado. Mais tarde, surgiu um povoado novo, fora das muralhas, e as ruínas de Juromenha passaram a ser utilizadas como palheiros e currais. Distinguem-se, ainda, a antiga Câmara e a Casa do Senado, bem como as capelas da Misericórdia e de São Francisco de Assis. Da antiga cadeia, quase só resta um colorido brasão. Por vezes, e cada vez mais, distinguir estes antigos edifícios exige um grande esforço de imaginação.

Durante a Guerra Civil de Espanha (1936-1939), por ali passaram alguns refugiados, que as autoridades portuguesas procuravam deter para, conscientemente, os entregarem à desumana repressão franquista.

A população da nova Juromenha extra-muros tem vindo a diminuir desde o meio do século XX, com alguns movimentos ocasionais insuficientes para contrariar a tendência: 1399 habitantes em 1950, 1453 em 1960, 929 habitantes em 1970. e, em 1991... 181 habitantes apenas!

A situação de fronteira administrativa, mas não legal, no Guadiana, não lhe permitiu ter uma verdadeira alfândega, embora funcionasse às vezes um muito pequeno posto de estatuto indefinido. A sua Feira Anual, em 10 de Agosto, sob o seu antigo Orago de Nossa Senhora do Loreto, é muito modesta.

Juromenha é, fundamentalmente, uma ruína grandiosa. Um certo medo do local e das suas antigas epidemias subsistiu até 1940, já que num guia com essa data se aconselhava a eventuais visitantes o cuidado de se prevenirem com quinino.

A falta de água é um dos dramas do povoado, e é um problema muito antigo. E, todavia, era relativamente rica de trigo em volta, em especial além-Guadiana, e de madeira de queima, pelo que há memória de um ditado popular significativo (“Juromenha, Juromenha, // boa de trigo, e melhor de lenha”).

Para visitar a fortaleza de Juromenha, segundo informações de 1996, tem de se pedir a chave no novo povoado de Juromenha fora das muralhas. Agora, em 2006, a fortaleza fica sempre aberta!

E o visitante logo concluirá que a actual situação de abandono não pode continuar. A fortaleza está ainda razoavelmente bem conservada, fazendo jus ao antigo brasão da Vila (uma torre de muralha, dentro de água, encimada

por correntes), mas as ruínas do interior em breve não passarão de uma camada de pó. Urge, pois, salvar os maltratados monumentos, reconstruí-los, restaurar tanto quanto possível o traçado urbano, e fazer da fortaleza fantasma um lugar de vida, talvez um ponto turístico, quiçá uma pousada, e outras atracções. Há notícias de que se começa a pensar em qualquer coisa.

Qualquer solução será benvinda, mas o abandono actual não pode ter perdão.

O que poderá fazer para acudir a esta região, progressivamente abandonada, onde as pedras carregadas de história têm cada vez menos homens por companhia? Fica a interrogação para quem de direito responder.

TERENA: 5000 ANOS DE HISTÓRIA

1) Origens

Terena, uma das mais antigas povoações de Portugal. situa-se a 11 Km a Sul do Alandroal, a 10 Km a oeste do Guadiana, 10 Km a Leste do Redondo, 29 Km a norte de Reguengos de Monsaraz. Juromenha, outra antiga vila hoje integrada no Alandroal como a presente, dista 22 Km em linha reta.

É notável a antiguidade desta antiga vila, sede de Concelho até meio do Século XIX. A região era habitada já por volta de 3000 a.C., pois, a cerca de 2 Km. a leste, na Ribeira de Lucefécit, encontramos o chamado “Castelo Velho”, um recinto fortificado com 5000 anos. E, como se não bastasse, a 1 Km. a Noroeste de Terena, temos um outro recinto fortificado, o “Castelinho”, datado de cerca de 1000 a. C.

Considerando que estamos numa região alentejana rica em megálitos, é-nos difícil afinal dizer em que remota data se produziu uma primeira ocupação humana na região da antiga vila. Entre outras coisas, encontrou-se a 4 Km ao norte da mesma um local de culto datando da época romana; nele foram recolhidas noventa lápides, na maioria hoje no Museu Arqueológico Nacional em Lisboa. A divindade alvo de culto era aliás pré-romana, e denominava-se “Endovélico” (talvez do céltico “Andevellicos”, significando “muito bom”). Não muito longe, descobriu-se recentemente um local de culto mais primitivo, talvez o primeiro dedicado a tal divindade, “transferido” pelos romanos. No século XVI, existiam ainda no local do Templo Romano 96 colunas de mármore de Ordem Jónica, retiradas nesse século e no seguinte para decorar edifícios em Évora e Vila Viçosa. No local do antigo templo (séc. I?), ergueu-se mais de mil anos depois uma ermida (São Miguel da Mota).

Uma primitiva Terena ter-se-á, quase certamente, erguido em redor ou próximo do Templo de Endovélico. É pouco claro o que lhe terá sucedido com as Invasões Bárbaras no início do Século V. Consta que no século VIII os muçulmanos a terão destruído, mas, por obra dos mesmos, surgiu um grande povoado na região chamado, tudo o indica, “Talanna”. Se não ficava situado no local do antigo Templo Romano de Endovélico, não deveria ficar longe, mesmo porque tudo indica que o topónimo moderno (Terena) terá tido origem na designação árabe.

2) Terena portuguesa

Em 1262 Terena, decerto após destruições resultantes da Reconquista, é (re)fundada, cristãmente, por D. Gil Martins (Reinado de D. Afonso III). O Foral dava-lhe quase toda a área meridional do actual Concelho do Alandroal. Terena deverá então ter sido edificada, ou reedificada, junto da Igreja da Boa Nova, recebendo o nome de Santa Maria de Terena.

O Santuário de Nossa Senhora da Boa Nova, vulgo Igreja da Boa Nova, é referido já no Século XIII. A sua antiguidade poderá ser muito grande, podendo provavelmente tratar-se da cristianização de um culto muito antigo mesmo. Todavia, a sua forma actual remete-nos arquitecto-nicamente para o século XIV, e ainda assim há sérias dúvidas. Talvez se esteja perante um edifício sucessivamente reconstruído e remodelado. Hoje, encontramos perante um templo em forma de fortaleza, com ameias. Interiormente, alberga pinturas, e de cada lado do altar-mor estão sumptuosos tocheiros. O conjunto é gótico. Uma tradição diz ter sido construído no século XIV, mas, como há muitas dúvidas, tal só poderá estar parcialmente correcto.

3) O século XVI

Terena recebe novo foral (manuelino) em 10 de Outubro de 1514. Contudo, fala-se então de uma povoação chamada São Pedro de Terena. Tudo indica que já no século XVI, portanto, Terena se terá “mudado” para a sua actual localização, quiçá por razões de salubridade. O Castelo, que parece datar do século XIII, e que portanto distava da aglomeração primitiva (sabe-se lá porquê...), terá talvez tido influência na mudança da povoação, da zona da Boa Nova, para o outeiro onde as muralhas protegeriam melhor as suas gentes.

Sendo uma praça fronteiriça, Terena teve uma História acidentada. O Castelo terá sido fundado, ou restaurado, por D. Dinis, sendo possível que

tenha sido reforçado na época de D. João I. D. João II terá querido dar novo fôlego a Terena, restaurando uma vez mais o Castelo, que ainda sofreu acrescentamentos manuelinos. Datará dessa época (séculos XV-XVI) uma nova (?) Torre de Menagem, bem como uma barbacã.

No numeramento de 1527-1531, Terena surge como tendo cerca de 600 habitantes (800, no máximo). Nos seus arredores, o Alandroal tinha cerca de 1.100 habitantes, Juromenha 600, Vila Viçosa 3.000, Monsaraz 2.500, Borba 2.300, Olivença 4.000, Estremoz 3.200. As maiores cidades próximas eram Elvas (cerca de 7.000 habitantes) e Évora (entre 12.000 e 15.000).

No século XVI terão sido construídos os Paços do Concelho, a Misericórdia, a Torre do Relógio, e a já referida Torre de Menagem. Outros monumentos se destacam em Terena, como o Pelourinho renascentista, a Igreja Matriz, e a Rua Direita no seu conjunto, com portadas góticas, renascentistas, e barrocas, e ainda grades e chaminés típicas.

4) As guerras

Pouco se sabe sobre movimentações militares em redor de Terena em 1383-1385, ou nos anos seguintes. Já na Guerra da Restauração (1640-1668), a vila esteve em destaque. Por exemplo, em 1652 as tropas espanholas do Duque de S. Germán saquearam os campos, recolhendo depois a Barcarrota, escapando-se apesar de perseguidas por tropas da mesma Terena e de Olivença. Tendo deixado, todavia, parte do saque na circunvalação externa da Praça espanhola, os portugueses recuperaram essa parte e levaram-na para Olivença, onde os lavradores de Terena foram recuperar os seus bens. Todavia, em 1656 (noutro exemplo), Terena foi cenário de violentos combates, e num espaço de poucos dias foi ocupada por espanhóis e recuperada custosamente pelo exército português.

O Século XVIII viu um certo declínio. A sua economia foi enfraquecendo. Como se não bastasse, Terena foi uma das povoações alentejanas que mais danos sofreu com o terramoto de 1755. Não ficou destruída, claro, mas verificaram-se muitos estragos.

5) Declínio

A época pombalina não parece ter sido importante na região. A sua decadência prosseguiu, e, já no século XIX, a sua economia foi ainda mais abalada com o corte de ligações para além Guadiana depois de 1801, não tanto por ter ligações directas com a região de Olivença, ainda que algumas

existissem, mas sim porque tinha laços com o Alandroal e com Juromenha, estas directamente afectadas, em especial esta última povoação.

Na primeira metade do século XIX, vários Concelhos com expressão reduzida acabaram por se unir em torno do que foi o único sobrevivente, o do Alandroal. Foram eles Juromenha, Ferreira de Capelins (um estranho Concelho de reduzida população, hoje Santo António de Capelins), Terena, e, obviamente, o próprio Alandroal. Tal junção de esforços não trouxe exactamente progresso ou benefícios sensíveis, como bem o sabem os seus actuais habitantes, ainda que houvesse períodos de alguma prosperidade.

6) O presente, com interrogações para o futuro

Terena deixou de ser sede de Concelho por volta de 1835, e, perdendo a atracção de polo administrativo, a sua população foi diminuindo. Para demonstrá-lo, temos os números da segunda metade do século XX: 1.986 habitantes em 1.950, 1.081 em 1960, 1.119 em 1970 (uma ligeira recuperação, logo contrariada), um pouco mais de 600 em 1991! Como agora, em 2006.

Continua a ser, todavia, extremamente recompensador percorrer a Vila de Terena, com os seus 5.000 anos de História presentes um pouco por todo o lado, na área do antigo Concelho. Para além das casas (com destaque para a já citada Rua Direita) e monumentos, a subida ao Castelo, com as suas quatro torres semi-cilíndricas, e onde se podem observar três materiais em harmonia (granito, mármore, e ardósia), dá-nos um soberbo panorama, limitado, a Leste, pela Serra de Alôr (ou Olôr, ou Lôr), e, a Noroeste, pela Serra de Ossa.

O que se poderá fazer para acudir a esta região, progressivamente abandonada, onde as pedras, carregadas de História, têm cada vez menos homens por companhia?